

Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)

Places of fun and repression: police violence against homosexuals in Brazil (1978-1981)

Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso

Mestre em História

Universidade Federal de Uberlândia

vmariusso@hotmail.com

Recebido em: 17/06/2015
Aprovado em: 25/07/2015

RESUMO: Pretendemos por meio deste artigo analisar as formas de violência contra aqueles que se comportam fora da norma heterossexual vigente na sociedade Brasileira. Para isso direcionamos nossas análises para as ações policiais no período de declínio da ditadura militar no Brasil, mais especificamente de 1978 a 1981, ano de circulação do primeiro jornal feito por homossexuais a circular nacionalmente no país e que serviu como fonte privilegiada para esta análise. Gostaríamos de destacar que a motivação para tal pesquisa parte da inquietação em perceber o silêncio perante essa violência, tanto por parte da imprensa, quanto por parte dos estudos historiográficos. Pretendemos assim partir do presente (haja vista a morte de um homossexual a cada vinte seis horas no Brasil e o seu silenciamento), retornar ao jornal *Lampião da Esquina* e perceber por meio de suas representações algumas práticas que nos auxiliam a pensar as permanências e rupturas sobre essas formas de agir que acabam por excluir sujeitos. Analisar a construção histórica que apoiada por determinados discursos, acabam por estabelecer normas sobre o exercício da sexualidade, também é objetivo deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Gay, Sexualidades, História Social.

ABSTRACT: We intend through this article to analyze the forms of violence against those who behave outside the prevailing heterosexual norm in Brazilian society. For that we direct our analysis to the police actions in the military dictatorship period of decline in Brazil, more specifically from 1978 to 1981, first newspaper circulation year made by homosexuals to circulate nationally in the country and served as a privileged source for this analysis, *Lampião da Esquina*. We would like to point out that the motivation for such research of the unrest in perceiving the silence before the violence, both by the press, as by the historiographical studies. We intend to from this (witness the death of a homosexual every twenty six hours in Brazil and its silencing), return to the *Lampião da Esquina* newspaper and realize through their representations some practices that help us to think the continuities and ruptures on these ways of acting that end up excluding subjects. Analyze the historical construction supported by certain speeches, end up establishing rules on the exercise of sexuality is also objective of this work.

KEYWORDS: Gay Press, Sexualities, Social History.

De representações e gênero

A ideia de homossexualidade concebida como uma perversão sexual foi construída no fim do século XIX por meio do discurso médico legal, e pouco vem sendo tratada nos estudos historiográficos. Ao fazer um levantamento das pesquisas que tratam do tema *homossexualidade(s)* no campo da história, poucas dissertações e teses direcionadas ao assunto foram encontradas. Além disso, pode-se perceber que há uma violência contra os homossexuais no Brasil e que ela não está presente nas páginas dos periódicos atuais voltados para esses sujeitos.

O modo como a noção de homossexualidade e de sujeito homossexual foram criadas, contribuiu e ainda contribui para a violência contra aqueles que ficariam conhecidos e classificados como “anormais”, ou seja, os que não obedecem às normas construídas pela heteronormatividade (regras e exercícios sobre a heterossexualidade). Entender o tratamento dado a esses sujeitos – e aqui destacam-se os homossexuais – num período marcado por um regime militar¹ no Brasil, torna-se de grande importância para perceber quanto a sociedade brasileira foi e é violenta com aqueles classificados como “perversos”. Concomitantemente, analisar-se-á como esse pensamento foi construído.

¹O termo regime militar e ditadura militar merece uma nota explicativa. Destaquemos que escolhemos trabalhar com tais termos – e não com ditadura-civil-militar – pelo fato dos autores utilizados nos diálogos para a constituição desta pesquisa, utilizarem-se de tais termos e explicitar essa noção sem excluir os “sujeitos civis”, porém destacando a presença dos militares no poder. Por outro lado, há no Brasil atualmente um revisionismo histórico a respeito de tal período, que possibilitou alguns autores adotar o termo ditadura-civil-militar. Não queremos excluir tal discussão, nem tão menos tais autores, porém na busca de analisar o período por meio de um periódico, preferimos também adotar o termo que a fonte de análise se utiliza. Não se trata de fazer *tábua rasa* do período, mas de tentar analisá-lo próximo a maneira que a fonte o representava. Ver, por exemplo: MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias Historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, n. 27, v. 2, 2012, p. 39-53; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.; FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-50. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS FILHO, Daniel. Arão. Ditadura militar e sociedade: as reconstruções da memória. *Comunicação apresentada no Ciclo de Palestras Pensando 1964*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil. 1 abr. 2004. Banco de dados com dissertações e teses a respeito da ditadura militar no Brasil, ver: <<http://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/depoimentos/dissertacoes-e-teses-sobre-a-ditadura-militar/>>.

O diálogo e a construção do texto se deram com aqueles que, de alguma forma, pesquisaram os temas que se acercam do assunto trabalhado, como a História do Brasil, da Imprensa e Imprensa Alternativa, presentes aqui em trabalhos que tiveram o *Lampião da Esquina* como objeto ou fonte; assim como os conceitos de Violência e o tratamento dado às homossexualidades como construção histórico-cultural. Porém, os *Estudos de Gênero*, como categoria de análise histórica capaz de relacionar as homossexualidades com a diversidade de representações que as rodeiam e a noção de *representações* como realidade dada, constituída, que criam sentidos de fatos que levam sujeitos a pensarem e agirem de alguma forma será a base teórica que permeia essa análise.

Teresa de Lauretis aponta que as construções de gênero se dão por meio de diversas tecnologias de gênero, isto é, de discursos institucionais que têm o “poder de controlar o campo de significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero”.² As práticas e discursos específicos com suas permissões e limitações direcionadas para homens e mulheres constroem, assim, espaços sociais que fabricam e reforçam a diferença sexual.³ Essas práticas podem ser observadas por meio do conceito de representações. Com ele pode-se perceber as práticas sociais do período por meio das páginas do jornal *Lampião da Esquina*. O entendimento foi buscado em Roger Chartier, segundo o qual é possível percebê-lo de três modos e que contribuirão no que diz respeito às representações que o jornal criou perante outras representações da sociedade. Assim:

As representações coletivas, que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação representante (indivíduos particulares, instituições e instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade assim afirmada.⁴

Do mesmo modo, o diagnóstico do período que surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, bem como a situação da grande imprensa e da imprensa alternativa, representada também por esse periódico, foi realizado não só nas matérias analisadas, mas também pelo diálogo

² LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 228.

³ _____. *A tecnologia do gênero*, p. 206.

⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

com trabalhos como o de Almerindo Cardoso Simões Junior,⁵ com uma das poucas dissertações voltadas diretamente ao jornal *Lampião da Esquina* e Claudio Roberto Silva ⁶ que traz entrevistas com alguns membros fundadores do periódico no intuito de observar as “falas homossexuais” daquela época.⁷

No que diz respeito à análise da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa histórica, textos como o de Heloisa de Faria Peixoto Cruz e Maria do Rosário do Peixoto;⁸ Tania Regina de Luca;⁹ assim como contribuições de Marko Synésio Alves Monteiro;¹⁰ Maria Helena Capelato;¹¹ Áureo Busetto;¹² José Luiz Braga¹³ e principalmente, Bruno Souza Leal & Carlos Alberto Carvalho¹⁴ com um trabalho específico de análise da grande imprensa no que diz respeito às matérias que tratam da violência contra homossexuais no Brasil, auxiliam para refletir sobre as formas de olhar para a imprensa e perceber suas representações.

Como se pode perceber, o referencial-teórico se dá por meio do diálogo com aqueles que de alguma forma colaboram para pensar não só períodos ou sujeitos, mas pensá-los por

⁵ SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. ‘... *E havia um lampião na esquina*’ – Memórias, identidades e discurso homossexual no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

⁶ SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*. História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

⁷ Cf. MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: (a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade)*. Rio de Janeiro: Record, 2000. (João Silvério Trevisan é um dos fundadores do *Lampião da Esquina* e do primeiro grupo de afirmação homossexual no Brasil, o Grupo Somos-SP). SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

⁸ CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso: 04/04/2013.

⁹ DELUCA, Tania Regina. *A grande imprensa na primeira metade do século*. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.; DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

¹⁰ MONTEIRO, Marko Synésio Alves. 2000. 196 f. *Masculinidade em Revista [manuscrito]: um estudo da Vp Exame, Sui Generis, Homens*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

¹² Busetto, Áureo. *A mídia como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes*. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicolletti (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2008

¹³ BRAGA, José Luiz. *Questões metodológicas na leitura de um jornal*. In: PORTO, Sérgio Dayrell & MOUILLAUD, Maurice (Org.). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹⁴ LEAL, Bruno Souza e CARVALHO, Carlos Alberto. *Jornalismo e Homofobia no Brasil: Mapeamento e reflexões*. São Paulo: Intermeios, 2012.

meio de uma ferramenta de comunicação específica e que cooperam com conceitos e formas de análise da imprensa, imprensa gay e período da ditadura militar no Brasil. Outros autores também colaboraram para a construção da análise proposta neste trabalho. Para tanto, o conceito de violência e suas diversas formas foram fundamentais para construir o exame que se pretende. Assim sendo, autores como Marilena Chauí,¹⁵ Vera Lucia Puga,¹⁶ Jeremo L. Singer,¹⁷ entre outros.¹⁸

O exame dessa violência pôde ser feito por meio dos estudos de gênero, uma vez que como ferramenta teórica de análise, forneceu um olhar para as relações e construções do que se entende por homem/mulher em uma sociedade. Conforme destacado por Joan Scott:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se refletir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. [...] O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.¹⁹

Ainda sobre o gênero, é importante destacar que ele também pode ser visto não só com uma categoria sobre um corpo sexuado como destacado por Scott, mas esse próprio

¹⁵ CHAUÍ, Marilena – *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 28.

¹⁶ PUGA, Vera Lucia. PUGA, Vera Lucia. *Útero e Loucura: medicina e moralidade. Anos 1942-1959*, em: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*/Heloisa Pacheco Cardoso, Maria Clara Tomaz Machado, organizadoras. – Uberlândia, EDUFU, 2005, p. 261.

¹⁷ SINGER, Jerome Leonard. *O controle da agressão e da violência: fatores cognitivos e fisiológicos*. São Paulo: USP, 1975.

¹⁸ Cf. SOUZA, Cecília de Mello e. & ADESSE, Leila. *Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005. HAROCHE, Claudine. O outro e o eu na fluidez e desmedida das sociedades contemporâneas. In: NAXARA, Marcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.37-62. ; ANSART-DOULEN, Michèle. A noção de alteridade: do sujeito segundo a razão iluminista à crise de identidade no mundo contemporâneo. In: NAXARA, Marcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Org.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 23-35; KOUBI, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 529-554. Entre outros.

¹⁹ SCOTT, Joan. *Gender and the politics of History*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila - New York: Columbia University Press, 1988, p. 3-4.

corpo é também uma construção histórico-cultural segundo Judith Butler.²⁰ Ou seja, atribui-se sexo ao corpo, desta forma deve-se tomar cuidado em conceber o gênero como um constructo cultural imposto sobre a matéria. Destarte, esses estudos contribuem para ponderar a violência contra os homossexuais como a exclusão daquilo que ameaça a virilidade e a “norma” heterossexual, excluindo tudo aquilo que se entende por feminilidade.

A concretização dos objetivos propostos só foi possível devido à maneira com a qual foram analisadas as fontes. Após fazer o levantamento de todas as matérias do jornal por meio de fichas que possibilitaram verificar também imagens, capas, charges, poemas e anúncios, houve a seleção e classificação daquelas que tratassem de alguma forma o período, a imprensa da época e a violência contra os homossexuais. Desta forma, foi possível avaliar as práticas do período no que tange à repressão sofrida por esses sujeitos.

Um pouco do *Lampião da Esquina* (1978-1981)

A fonte privilegiada que servirá de apoio para a análise proposta – de perceber a violência contra os sujeitos que se comportam fora dos padrões da sexualidade hegemônica (heterossexual) – é o periódico *Lampião da Esquina*, pensado em finais de 1977 e tendo sua primeira publicação em abril de 1978. Criado após tentativa de uma Antologia de Literatura Homossexual Latino Americana proposta por Winston Leyland dono da Revista *Gay Sunshine* de São Francisco na Califórnia, onze jornalistas, intelectuais, artistas etc., deixariam de lado essa ideia e fundariam o *Lampião da Esquina*, jornal feito por e para homossexuais, segundo seus editores.

Assim, o editorial de seu primeiro número era composto por: Aguinaldo Silva (diretor de edição), João Silvério Trevisan, Jean-Claude Bernadet, Peter Fry, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas, Darcy Penteadó, Francisco Bitterncourt, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques e Gasparino Damata. No intuito de abordar não só questões voltadas as homossexualidades, mas também assuntos que abarcavam as mulheres, os negros, os índios, as prostitutas, as travestis, os *michês*, o prazer, o corpo etc. O jornal circulou de abril de 1978

²⁰ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 153-172, p. 154.

a junho de 1981, sem deixar em nenhum momento de incomodar as classes mais conservadoras da sociedade.

Lembremos que o período que surgiu o jornal foi um momento em que o regime militar iria perdendo sua força e o processo de abertura política ia se consolidando. Entre os anos de 1978 e 1979, por exemplo, revogou-se o AI-5 decretado em dezembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva, que dava poder ao presidente da república de fechar desde câmaras de vereadores até o próprio congresso nacional; nomear interventores para qualquer cargo executivo; cassar os direitos políticos de qualquer cidadão; e também suspender o recurso a *habeas-corpus*; além disso, a censura foi suspensa e decretou-se a anistia aos presos políticos.

Entretanto, esse momento não foi menos repressivo quanto se acredita. Desta forma, ao analisar esse período em um jornal feito por e para homossexuais é possível entender que a sociedade da época não estava só preocupada com questões ideológicas, econômicas ou políticas, mas também com aqueles que ameaçavam as normas e valores morais da família tradicional.

Polícia e limpeza sexual

Assim sendo, analisaremos as formas de violência nas ações policiais desse período e que tinham o intuito de “limpar os lugares” onde se encontravam os “pervertidos”, os “vagabundos”, os “perigosos”. Era com esse discurso que a polícia agia constantemente em locais onde se encontravam não só homossexuais, mas todos aqueles que ameaçavam de alguma forma a “moral e os bons costumes” da sociedade brasileira. As matérias publicadas pelo jornal *Lampião da Esquina* como forma de denúncia, nos ajuda a perceber como o Estado, representado aqui pelas ações policiais, agia constantemente de forma violenta com os homossexuais e todos os *outros*. Ou seja, esse tipo de violência acaba sendo do Estado, pois se utiliza dos poderes judiciais e policiais para manter tais atos.

No Brasil, outro discurso pode ser destacado. O discurso psiquiátrico, que mesmo constante contra os homossexuais, nunca chegou a criar instituições especializadas. Porém, no início do século XX foi responsável por uma produção acadêmica que criou sugestões de crescente psiquiatrização da prática homossexual. Em uma tese de 1928, por exemplo, defendida na Faculdade de Medicina de São Paulo, o médico-legista Viriato Fernandes Nunes alertava: “Toda perversão sexual atenta violentamente contra as normas sociais. Esses

criminosos (os pederastas) têm perturbadas as suas funções psíquicas e a sociedade não pode permitir-lhes ‘uma liberdade que eles aproveitariam para prática de novos crimes’.²¹

A interpretação proposta pela medicina – e, em sua esteira, pela psicanálise – a respeito da homossexualidade será, por si só, uma forma de homofobia, já que a diferença nunca é procurada com o objetivo de integrá-la em uma teoria pluralista da sexualidade normal, mas, exatamente o contrário, vai situá-la nas categorias da doença, neurose, perversão ou excentricidade.²²

Criou-se assim, por parte do discurso médico legal e com o apoio do Estado, que adotava também tal discurso, uma preocupação com a defesa de uma “sociedade sadia”, como dizia João Silvério Trevisan. Para esses profissionais, combater e controlar as homossexualidades era resolver um problema social, sendo “inevitável o intercâmbio da justiça e das ciências com o aparelho policial. De modo que, no Brasil, juntam-se contra as práticas homossexuais vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia.”²³

Assim, o início do século XX no Brasil ia sendo marcado pela tentativa da medicina em “servir” a sociedade, contribuindo para mantê-la longe das “anomalias” existentes, muito das vezes criadas pela própria medicina. Um aspecto central a ser destacado sobre as homossexualidades – tratada como uma “inversão sexual” – ao longo dos anos 1920-1930 é “aquele da ‘mistura’ – vista como negativa sob diferentes aspectos – de características ‘masculinas’ e ‘femininas’ e, conseqüentemente, da necessidade de ‘ordenar’ pedagogicamente este campo do comportamento”.²⁴ Houve um grupo de médicos nesse período que contribuiu para a construção de uma vasta produção sobre a sexualidade.

²¹ Cf. *As perversões sexuais em medicina legal*, de Viriato Fernandes Nunes, Instituto de Medicina Legal “Oscar Freire”, Faculdade de Medicina de São Paulo, These Inaugural, 1928, p. 26-32. “Considerações gerais sobre o homossexualismo”, de Aldo Sinisgalli. In: *Arquivos da Polícia e Identificação*, Vol. II, nº 1, São Paulo, 1938/1939, p. 292-300.

²² BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 66-67.

²³ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* – Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 192.

²⁴ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder Pereira. (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*, p. 88-129, p. 89.

Podemos destacar aqui: Leonídio Ribeiro,²⁵ José Ricardo Pires de Almeida,²⁶ Francisco Ferraz Macedo,²⁷ Francisco José Viveiros de Castro,²⁸ entre outros.

Segundo Carlos Alberto M. Pereira, este grupo de pensadores vinha apontar para outro universo de problemas, contrariando uma visão que apontava para o crime e para a necessidade de punição. “Temas como saúde-doença, normalidade-anormalidade, configuração anatomobiológica-configuração psíquica e assim por diante ganhavam então a dianteira”.²⁹ Esses médicos transferiram ainda, segundo Pereira, a discussão da homossexualidade – não apenas do direito (ou mesmo da religião e da moral) para a medicina, “mas fundamentalmente, para o interior de um debate específico que ocorre na medicina. Medicina esta que, neste momento, está em boa medida marcada pela psiquiatria”.³⁰

Vale ainda salientar o modo específico como esses médicos avaliam tanto seu papel quanto o da medicina e, especialmente, o modo como a definem. Percebe-se claramente, uma enorme valorização, seja do saber médico seja do próprio médico, como dotados de uma capacidade semidivina de objetividade e de acesso à verdade, o que termina por compelir essa “vanguarda autoritário-progressista” ao exercício do “ministério sagrado da medicina”.³¹

Por isso a importância da desnaturalização das categorias sobre os sujeitos “(independente do alto grau de sofisticação e abstração que esta naturalidade possa assumir,

²⁵ Médico, foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1916) e da Faculdade de Medicina de Paris (1918/1919). Além disso lecionou medicina legal na Faculdade de Medicina de Niterói e criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Criou e dirigiu o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, onde reuniu material para suas pesquisas e publicações, sendo uma delas o livro *Homossexualismo e endocrinologia* (1938). Cf. RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938. Este trabalho, segundo o próprio autor, é o resultado da análise de “195 indivíduos (que) se entregava à prática habitual de pederastia passiva e foram detidos e fichados como tais pela Polícia Civil do Rio de Janeiro”. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*.

²⁶ Cursou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após três anos de direito em São Paulo. Foi médico na Campanha do Paraguai, colaborou no *Jornal do Commercio* e é autor de várias peças de teatro (*Mártires da liberdade, O mulato, Tempestades do Coração, O tráfico, A liberdade, A educação*, entre outras). Publicou em 1906 *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões do instinto genital*. Cf. PIRES DE ALMEIDA, João Ricardo. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

²⁷ Cf. MACEDO, Francisco Ferraz. *Da prostituição em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis*. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1872.

²⁸ Um dos primeiros a tratar a sexualidade como uma perversão. Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Atentados ao pudor* (estudo sobre as aberrações do instinto sexual). Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Ed., 1895.

²⁹ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O direito de curar*, p. 92.

³⁰ _____. *O direito de curar*, p. 93.

³¹ _____. *O direito de curar*, p. 96.

às vezes), bem como a elucidação da história de sua construção³². Esses discursos construídos pela medicina e apoiada pelo Estado por meio das ações policiais, por exemplo, criou e cria práticas de exclusão que se apoiam neles como justificativas para tais atos. A ação da polícia pode ser percebida já na primeira edição do *Lampião da Esquina*, no qual apresentou uma reportagem sobre a frequente repressão policial sofrida pelos frequentadores do Cinema Iris, no Rio de Janeiro, que já estavam “acostumados” com a operação chamada de “Sessão Coruja” pelos policiais. Todos os “desocupados” que não tivessem carteira assinada eram levados para o 3º DP: “Seus documentos” - exigiam os agentes da lei, sem sequer exibir suas próprias identificações (os frequentadores do Cinema Iris sabiam reconhecer de longe um policial). E vinham as explicações. Um PM ou bombeiro ouviria: “deixa pra lá, companheiro”. Um comerciante de uma loja próxima ouviria uma frase ríspida, após ter sua carteira profissional (assinada) submetida a longo exame: “Vai para casa, rapaz. Isso não é hora de estar na rua”.³³

Percebe-se que o direito de ir e vir, o direito de frequentar lugares públicos ou privados, era um direito daqueles que não ameaçavam o *status quo*, até sendo em algumas vezes usufruído por aqueles que foram colocados à margem da sociedade, mas sempre com o risco de serem violentados física ou simbolicamente. Assim, se perde o direito de viver em sociedade devido ao fato de discursos construídos historicamente que atrelaram a imagem dos homossexuais a perversão e a anomalia. Citemos o exemplo da travesti Kioko, que foi notícia no segundo número do jornal.

Kioko passou uma semana na cadeia, sem que ao menos pudesse ser acusada de vadiagem (era costureira por profissão). Após procurar um advogado e entrar com um pedido de *habeas-corpus*, e depois de muito vai e vem o Tribunal de Justiça lhe reconheceu, por unanimidade, o direito de livre-trânsito, considerando que o andar, seja masculino ou feminino, não merecia punição desde que não perturbasse a moral ou a ordem pública. Kioko teve que carregar com ela um salvo-conduto fornecido pela Justiça, garantindo-lhe o direito de passear à vontade: “Exibir um salvo-conduto nada mais é do que o amargo atestado de que nos falta até mesmo o direito de andar”.³⁴ Percebemos a necessidade que se tem por

³² PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O direito de curar*, p. 98.

³³ CINEMA Iris: na última sessão, um filme de terror. *Lampião da Esquina*, n. 0, abril de 1978, p. 9.

³⁴ TREVISAN, João Silvério. E o direito de ir e vir? *Lampião da Esquina*, n. 1, maio de 1978, p. 9.

parte dos dispositivos de controle em classificar os sujeitos para localizá-los e apontá-los sempre como se estivessem sendo rebaixados, lembrados de sua “mediocridade”, de seus “defeitos” e que por isso será visto sempre como o *outro*.

Quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violentas”. É por isso que a própria linguagem, o meio por excelência da não violência e do reconhecimento mútuo, implica uma violência incondicional. Em outras palavras, é a própria linguagem que impede o nosso desejo para além dos limites convenientes, transformando-o num “desejo que comporta o infinito”, elevando-o a um impulso absoluto que nunca poderá ser satisfeito.³⁵

O que devemos tomar cuidado é justamente com essa violência que parece imperceptível por não ser física, que parece “normal” por estar na linguagem, que parece não ofender, mas que quando o físico não dá conta, é por meio dela que alguns são violentados. Podemos novamente perceber esse tipo de violência na terceira edição do jornal, em que publicaria uma carta-denúncia de um leitor do Recife, cidade que muito apareceu nas páginas do jornal, o que contribuiu para percebermos que a violência (e as reportagens) não estava apenas no eixo Rio-São Paulo, onde o jornal era produzido.

A carta tratava de um caso no qual a polícia de Recife teria levado três camburões cheios de frequentadores do Bar Atlântico (em Olinda) sem aceitar quaisquer argumentações ou mesmo a apresentação de documentos. O referido bar tinha dois ambientes, sendo um ao ar livre. As pessoas que foram levadas eram justamente todas aquelas que se encontravam na parte fechada. Houve também quatro prisões no Cantinho da Sé (também em Olinda); o motivo alegado, como sempre, era de suspeita de uso de tóxicos.³⁶ Os motivos para tais prisões sempre estiveram disfarçados em justificativas apoiadas na Lei. Não se era preso por que era homossexual, mas por que era desempregado, usuário de drogas ou acusado de roubo, essas eram uma das desculpas dadas pela polícia que contribuíam assim para a manutenção do discurso de exclusão desses sujeitos.

³⁵ ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 62.

³⁶ MÁS notícias do Nordeste. *Lampião da Esquina*, n. 2, junho de 1978, p. 3.

Até mesmo o Conselho Internacional da Anistia Internacional durante seu 12º encontro, em 1979, realizado em Louvain, Bélgica, com a presença de 44 países, também decidiu adotar uma posição quanto à repressão aos homossexuais. O *Amnesty International Newsletter*, órgão oficial daquela entidade, dizia sobre a questão da atitude que a organização deveria tomar em relação a pessoas presas por serem homossexuais e decidiu que qualquer um feito prisioneiro por advogar a causa homossexual deveria ser considerado como um prisioneiro de consciência. Nos casos em que a homossexualidade vinha a ser tomada como um pretexto para prender pessoas por suas crenças, a Anistia Internacional poderia adotá-las como prisioneiros de consciência.³⁷

O que isso necessariamente que dizer? Que o Conselho definiu o prisioneiro de consciência como qualquer um, “aprisionado, detido ou restringido fisicamente de qualquer modo por razão de suas crenças políticas, religiosas ou outras, ou por razão de sua origem étnica, sexo, cor ou língua, desde que não tenha usado ou advogado a violência”.³⁸ Para os homossexuais brasileiros, isto significava basicamente o seguinte: cada vez que os camburões da polícia carioca, por exemplo, estacionassem diante do cinema Iris e prendesse indiscriminadamente todos os homossexuais que saiam de lá, o que acontecia com frequência, aos olhos da Anistia Internacional seria uma prisão política. Essa decisão da anistia vinha em boa hora.

Para que se tenha uma ideia: enquanto os vários movimentos brasileiros pela anistia se articulavam numa campanha destinada a arrancar das prisões um grupo de membros de classe média, dezenas de pessoas marginalizadas continuavam a ser executadas, todas as semanas, pelos vários grupos de extermínio da Baixada Fluminense, cuja função era matar pessoas pobres e negras, sem que isso provocasse qualquer tipo de reação nos participantes daqueles movimentos. A questão era, perguntava *Lampião da Esquina*: que atitude costumava adotar os vários movimentos brasileiros pela anistia diante das prisões indiscriminadas de homossexuais? “Parece-nos que nenhuma – a tendência é passar diante do cinema Iris e achar muito natural que lá estejam os ‘camburões’ à espera de suas presas”.³⁹

³⁷ SILVA, Aguinaldo. Anistia apoia homossexuais. In: *Lampião da Esquina*, n. 19, dezembro de 1979, p. 5.

³⁸ _____. *Anistia apoia homossexuais*, p. 5.

³⁹ SILVA, Aguinaldo. *Anistia apoia homossexuais*, p. 5.

Mesmo *Lampião* trazendo essa decisão da Anistia Internacional e apontando-a como um avanço, o mesmo iria contrapor-se a essa “conquista” publicando a carta de Herbert Daniel de Carvalho,⁴⁰ um dos exilados que restaram de fora da malha não muito fina da anistia, e que permanecia condenado a ficar longe do seu país. O documento escrito por Herbert deveria ter sido lido em Salvador, durante o Congresso pela Anistia realizado em fins do ano de 1979, mas acabou boicotado. O representante do CBA (Comitê Brasileiro de Anistia) do Ceará recusou-se a lê-lo porque, segundo ele, o signatário era “apenas uma bicha”.⁴¹ *Lampião* denunciava o fato de que ele não apenas deixou de ser anistiado pelo governo, como também ficou de fora da anistia apregoada pelos seus supostos companheiros. As manifestações contra essas ações repressivas do Estado e da polícia também podem ser observadas nas páginas do *Lampião da Esquina*.⁴²

As práticas repressivas contra os homossexuais poderiam também ser observadas em outras cidades do Brasil. Brasília, por exemplo, também foi palco de diversas repressões de policiais contra aqueles “desocupados perversos”. Em setembro de 1980 há um caso de que por volta da meia noite, a rodoviária e o Setor de Diversões Sul foram invadidos e tomados pela polícia, que conseguiu, em pouco mais de uma hora, dar uma inesquecível demonstração de força. Era justamente nesta parte da cidade que se reuniam travestis, prostitutas e seus clientes. Além disto, nos fins de semana, todos, passavam por ali: os que apenas iam aos cinemas, os que desfilavam por horas sem fim nas passarelas que ligavam a Asa Sul à Asa Norte, os soldados dos quartéis, os operários da construção civil etc. Todos eles frequentavam as mesmas boates.

⁴⁰ Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel, foi um escritor, sociólogo, jornalista e guerrilheiro brasileiro, integrante da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Um dos poucos integrantes da luta armada a escapar da prisão e das torturas, ele exilou-se em 1974, passando a residir com seu parceiro em Portugal, onde voltou a estudar medicina, e na França, onde exerceu o jornalismo. Herbert Daniel foi o último exilado do regime militar instaurado em 1964 a ser anistiado. Ele voltou ao Brasil em 1981. Militou no Partido dos Trabalhadores (PT), e participou da fundação do Partido Verde com outros dissidentes do PT. Daniel foi também um ativista pela ecologia e direitos dos homossexuais, tendo ele mesmo um relacionamento de vinte anos com o artista gráfico Cláudio Mesquita. Daniel escreveu os livros *Passagem para o Próximo Sonho*, *Meu Corpo Daria um Romance* e *Vida antes da Morte*, entre outros. Ele morreu em 1992, no Rio de Janeiro, vítima de complicações causadas pela AIDS.

⁴¹ SILVA, Aguinaldo. O que é isso, companheiros? *Lampião da Esquina*, n. 22, março de 1980, p. 10.

⁴² Cf. RODRIGUES, Dolores. Mulheres e bichas contra a violência. *Lampião da Esquina*, n. 30, novembro de 1980, p. 2.

Assim, quando a polícia começava a chegar muita gente não estranhava, afinal, bastava como sempre, apresentar os documentos e continuar buscando diversão. Desta vez, porém, a coisa mudou de figura e uma batida generalizada que teve o patrocínio do Departamento de Polícia Federal e do Juizado de Menores, fechou todos os bares e uma das boates (Aquarius). Uma das pessoas que ainda conseguiu escapar a tempo descreveu a cena: “havia de tudo, polícia de uniforme, polícia sem uniforme, cassetetes, espingardas e metralhadoras. E aquelas armas todas apontadas para a gente. Se fosse para contar, eu diria que havia mais de 400 policiais cercando o local”.⁴³ Os militares enquanto estiveram no governo, procuravam construir discursos que legitimasse as suas ações, Eva Lucia Gavron destaca que:

A caça arbitrária aos “opositores”, aos “vagabundos”, estava ancorada na manutenção da ordem e do bem-estar público. Os possíveis traidores, homens ou mulheres, eram todos os transgressores, seja das ordens, seja dos costumes, que se localizam à margem das normas, da disciplina e da hierarquia militar. As ações militares tentavam conter, censurar e punir os movimentos de contestação política vigente, bem como os “delinquentes”, as “prostitutas” e os “menores abandonados”, cujo crescimento se intensificaria na década de 1970. Na transgressão da norma, surgiria o “criminoso”, o “bandido”, o “estuprador”, equiparando-se a um “subversivo”, um sujeito ligado ao caos, à anarquia e à desordem.⁴⁴

Uma das medidas tomadas pelo governo para essas ações de combate a esses sujeitos foi a tentativa de adotar a chamada prisão cautelar, que estabelecia que qualquer pessoa, mediante uma simples suspeita, poderia ser detida por qualquer autoridade policial que tinha o direito de mantê-la presa por até dez dias. *Lampião da Esquina* se posicionou em relação ao assunto publicando três matérias que apresentaremos em seguida. A primeira é publicada no início dos anos 1980, onde Aguinaldo Silva perguntaria: “Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar?” - e apresentaria os interesses de tal lei. Embora o governo negasse sua implantação até a última hora, ficava bem claro, segundo Aguinaldo Silva, que pelas intervenções do Ministro da Justiça, Petrônio Portela, a prisão cautelar adotada da (ainda) ameaçadora Lei de Segurança Nacional, iria se abater sobre os presos comuns, ou,

⁴³ RIBONDI, Alexandre. Pega pra capturar em Brasília. *Lampião da Esquina*, n. 29, outubro de 1980, p. 5.

⁴⁴ GAVRON, Eva Lucia. Crimes que circulam, práticas que se multiplicam: Violência Sexual em Florianópolis no período da ditadura militar – Décadas de 1960 e 1970. *Revista Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2007, p. 260. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/184/122>>. Acesso: 23/03/2013.

mais especificamente, sobre os cidadãos comuns, os que não têm acesso às salvaguardas que o sistema oferece aos privilegiados.⁴⁵

A medida seria legalizada por um juiz, ao qual a autoridade coatora se veria na obrigação de comunicar a prisão desde o primeiro instante. O objetivo do comunicado era facultar ao juiz a possibilidade de anular a prisão – se considerasse injusta, podia soltar o preso. Mas basta dar uma olhada nos meios de que dispõe a nossa Justiça para saber que a autoridade policial, com sua suspeita, estará sempre dez dias à frente do juiz, com sua sede de justiça. É claro que esse tipo de prisão não era novidade, ela já era adotada há muito tempo no Brasil; a novidade era a sua legalização.⁴⁶

E o que tinha a ver a prisão cautelar com a homossexualidade? A prisão cautelar era um projeto em estudo pelo governo que, a pretexto de combater a criminalidade, permitiria (se aprovado) à polícia prender, para averiguações qualquer suspeito pelo prazo de 10 dias, desde que o fato fosse comunicado a um juiz. Mas isso já não existia? Sim, mas era ilegal. A prisão por “suspeito” atingiria diretamente os homossexuais e outros sujeitos, como os negros. Por meio de uma avaliação subjetiva, poderia ser preso não apenas qualquer homossexual, mas qualquer negro, qualquer pobre ou qualquer indivíduo que não conseguisse comprovar vínculo empregatício.⁴⁷

Mesmo assim, o governo negava que a prisão cautelar pudesse vir a existir, porém os editores do *Lampião da Esquina* tinham suas desconfianças, dizendo que, mesmo o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel⁴⁸ tivesse afastado qualquer possibilidade de o governo adotá-la como instrumento de combate à violência nos grandes centros urbanos, podia-se desconfiar de que não passava de uma artimanha do governo negá-la. Citava o exemplo de uma entrevista do criminalista Virgílio Donnici que tinha dito que durante o governo Faria Lima, quando era Secretário de Segurança do General Brum Negreiros, as estatísticas da Secretaria de Segurança foram manipuladas para dar a impressão de que os índices de criminalidade

⁴⁵ SILVA, Aguinaldo. Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar? *Lampião da Esquina*, n. 20, janeiro de 1980, p. 13.

⁴⁶ _____. Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar? p. 13.

⁴⁷ RODRIGUES, João Carlos. Uma luta de todas as minorias (da maioria). *Lampião da Esquina*, n. 21, fevereiro de 1980, p. 8.

⁴⁸ Ibrahim Abi Ackel foi Ministro da Justiça entre 1980 e 1985 durante o governo de João Figueiredo. Antes disso foi vereador e deputado federal em Minas Gerais pelo ARENA em dois mandatos: 1975-1979/1979-1980.

vinham baixando sensivelmente na Grande Rio. A imprensa, ao simplesmente reproduzir os índices que a SSP (Secretária de Estado da Segurança Pública) lhe apresentava, sem se preocupar em checá-los, “teve grande responsabilidade nesta farsa”. A mesma responsabilidade de que ela tinha naquele momento “ao alardear o crescimento dos índices de criminalidade sem se preocupar com as estatísticas”.⁴⁹

Diferentemente dessa imprensa, o periódico *Lampião da Esquina* explorou de forma expressiva a questão da violência e das arbitrariedades policiais. Além da campanha sistemática contra a proposta de oficialização da prisão cautelar e do apontamento de uma hipocrisia classista da campanha pela anistia ao preso político (geralmente de classe média), que não dava atenção à situação do preso comum (geralmente classe baixa), sujeito aos mesmos maus tratos e injustiças, o jornal construiu o perfil de dois delegados considerados especialmente agressivos: José Wilson Richetti em São Paulo e Geraldo Padilha no Rio.

Daremos atenção a esses dois delegados, devido às suas operações representarem uma característica da polícia daquele período em relação ao tratamento dado ao “vagabundo que transita pelas grandes cidades”. Trevisan ficaria responsável por escrever sobre o delegado de São Paulo. Críticas ferrenhas ao seu modo de agir não faltaram por parte do editor do jornal. José Wilson Richetti tinha sido transferido para a Terceira Seccional (Centro) de São Paulo em maio de 1980, com a fama de se vangloriar por ter, na década passada, expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de meretrício em Santos.

Inicialmente, havia apenas reclamações isoladas de anônimas travestis e prostitutas vitimadas pela violência policial que, desde o fim de maio daquele ano, tinha tomado conta de São Paulo, sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral. Como é que se limpa uma cidade de 10 milhões de habitantes, “refúgio dos miseráveis de todo o Brasil,

⁴⁹ SILVA, Aguinaldo. O Governo diz que não. Mas vem aí a prisão cautelar. *Lampião da Esquina*, n. 21, Fevereiro de 1980, p. 8. *Hoje existe a Lei nº 12.403/2011 que altera a Lei n. 6.416/77. A prisão cautelar sempre teve uma natureza processual, nos termos da Constituição Federal, da doutrina e consoante Tratados Internacionais dos quais o País faz parte. Ocorre que, tendo em vista situações em que, na prática, ocorria um desvirtuamento do instituto, surgiu a Lei nº 12.403/2011, reafirmando o caráter instrumental do instituto e trazendo ao Juiz mecanismos alternativos às medidas cautelares, bem como a valorização do instituto da fiança. A Lei nº 12.403/2011 trouxe algumas inovações no tocante às prisões cautelares, principalmente quanto à possibilidade de medidas alternativas.

com taxa de desemprego atingindo 8% da população ativa? Fácil: dando serviço para a polícia que, nestes tempos de semi-anistia, é menos solicitada, mas precisa mostrar serviço”.⁵⁰

Richetti cria as Operações Limpeza e Rondão. Montou uma equipe policial e saía pela cidade disposto a limpar não apenas as zonas residenciais, mas, sobretudo, o centro da cidade, atacando regiões como: Bocas do Lixo, Rego Freitas, Av. Ipiranga, Largo do Arouche e Vieira de Carvalho, áreas frequentadas por prostitutas, travestis, *michês*, lésbicas e homossexuais em geral. Portava-se como um herói, convidando um fotógrafo para documentar as operações e alegava apoio total de seus superiores, o secretário de segurança, o desembargador Otávio Gonzaga Jr. e o chefe do Departamento de Polícia da Grande São Paulo, delegado Rubens Liberatori (acusado de deflagrar a famosa Operação Camanducaia que, em outubro de 1974, retirou menores infratores de São Paulo para soltá-los nus no interior de Minas).⁵¹ Um policial tinha dito a um repórter que as operações de limpeza estariam se realizando também a mando do general Milton Tavares, comandante do Segundo Exército.⁵²

⁵⁰ TREVISAN, João Silvério. São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti. *Lampião da Esquina*, n. 26 julho de 1980, p. 18.

⁵¹ Operação Camanducaia foi o nome pelo qual ficou o conhecido episódio ocorrido em 19 de outubro de 1974, quando 97 menores de idade supostamente infratores foram transportados por policiais da sede do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC) para as margens da Rodovia Fernão Dias, nas proximidades de Camanducaia (MG), onde acabaram jogados de uma ribanceira após uma sessão de espancamento. O caso foi denunciado pela imprensa e chocou a opinião pública brasileira, tornando-se um dos maiores escândalos de violação de direitos humanos do país. Após a repercussão do caso na mídia, ocorreram três pedidos de apuração do caso solicitados pelo juiz de menores Artur de Oliveira Costa, pelo corregedor geral dos presídios Ricardo Laércio Talli, e pelo secretário de segurança pública Erasmo Dias. Por ordem do secretário de segurança pública, o DEIC abriu uma sindicância do caso, sendo coordenada pelo delegado Rubens Liberatori. Paralelamente as investigações oficiais, a imprensa continuou apurando o caso. Em 13 de dezembro de 1974, o promotor de justiça João Marques da Silva ofereceu denúncia contra quatorze delegados (incluindo Liberatori) e sete policiais, acusados de abuso de autoridade, maus tratos e abandono de menores. O caso nunca foi a julgamento, por conta da suposta interferência das autoridades respaldadas pela ditadura militar. No dia 7 de outubro de 1975, foi concedido por unanimidade, pelas Câmaras Conjuntas Criminais do Tribunal de Justiça de São Paulo, um *habeas corpus* ao delegado Liberatori além de ter sido determinado o arquivamento do caso. Essa decisão inocentou todos os quatorze policiais envolvidos na Operação. Cf. FERREIRA, Carlos Rogé; *Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003; FONTANA, Isabel Cristina Ribeiro da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*; São Paulo: Loyola, 1999; MOLICA, Fernando. *50 anos de crimes*; São Paulo, Record, 2007; JUSTO, Carmen Sílvia Sanches. *Meninos Fotógrafos e os Educadores: Viver na Rua e no Projeto Casa*; São Paulo, Editora Unesp, 2003. LOUZEIRO, José; *Pixote - Infância dos Mortos*. São Paulo, Ediouro-Tecnoprint, 1977; MARQUES, João Benedito de Azevedo Marques, et al; *Execuções Sumárias de Menores em São Paulo*; Ordem dos Advogados do Brasil, Departamento Editorial / Comissão de Direitos Humanos, São Paulo, 1993.

⁵² TREVISAN, João Silvério. São Paulo, p. 18.

Por conta desta operação, cerca de 1500 pessoas foram presas em uma semana, apenas 0,8% foram indiciadas. Richetti dizia que as rondas estavam dando ótimos resultados, alegando que no centro o número de assaltos tinha diminuído de 30 para 5 por dia. E afirmava que só iria acabar com aquilo quando os comerciantes e as famílias fossem pedir a ele, mesmo porque ele tinha o apoio desses. A imagem da forma repressiva das operações comandadas por Richetti se alastraria quando um sociólogo do prestigioso CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) teria sido preso, ficando três dias desaparecido, por não possuir carteira de trabalho assinada. Até o Comitê Brasileiro de Anistia se manifestou e o jurista Hélio Bicudo entraria com representação judicial contra Richetti e o secretário de segurança, que foram convocados a depor diante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual, onde deputados apresentariam denúncias públicas depois de ouvir depoimento de algumas prostitutas.

Um Ato Público de protesto também foi organizado por grupos homossexuais, negros e feministas que se mobilizaram em conjunto para denunciar a violência das operações. Na noite de 13 de junho de 1980, uma sexta-feira, dia de Santo Antônio, quase mil pessoas teriam se reunido diante do Teatro Municipal, no começo da noite para protestar contra o delegado. Algumas faixas pediam a exoneração de Richetti, assim como protestavam contra a prisão cautelar ali experimentada e exigiam o fim da violência policial, da discriminação racial e a libertação de prostitutas e travestis. Foram lidas várias cartas assinadas pelos diversos grupos organizadores do Ato. De acordo com João Silvério Trevisan, a abertura política encontrava seus bodes-expiatórios:

Cada beijo proibido irá custar uma briga. Não porque a repressão aumentou: trata-se da mesma repressão que se tornou mais explícita. Mas também é certo que, ao invés de conter a violência, a máquina que sustenta o Dr. Richeiti estará apenas retardando o efeito da bomba. Trata-se de um problema de sobrevivência e não de moralidade. Basta ouvir a prostituta Kátia: “Quando posso, dou cobertura para os trombadinhas. Passa um por mim correndo e eu digo: Vai meu filho, que Deus te ajude”.⁵³

Um ponto aqui merece ser destacado: existem escritos que apresentam como a relação entre pessoas do mesmo sexo é algo há muito tempo realizado nas sociedades. Desde que foram construídos nomes e classificações a essas relações, por exemplo, o homossexual

⁵³ TREVISAN, João Silvério. São Paulo, p. 18.

perverso e doentio constituído pela medicina, ou o pederasta pecaminoso do discurso religioso, entre outras tantas formas negativas de transformar as homossexualidades em um mal a ser combatido, esses sujeitos foram vistos como constituintes de uma não norma.

Na contemporaneidade isso foi reiterado e mantido desde que a medicina resolveu tentar “dar conta” de salvar a humanidade dos seres “anormais”. Quando João Silvério Trevisan diz que: “Não porque a repressão aumentou: trata-se da mesma repressão que se tornou mais explícita”, o que podemos pensar é que as formas de “medir” essa violência se tornaram mais vastas, houve visibilidade sobre ela. Se a repressão aumentou ou não, talvez não seja a questão, mas que é perceptível olhar para ela de outras tantas formas e locais isso é inegável.

É importante percebermos também como os discursos dentro do jornal eram múltiplos e contraditórios no sentido da diversidade de opiniões. Na dissertação de mestrado de Cláudio Roberto da Silva,⁵⁴ na qual faz uma série de entrevistas com colaboradores e editores do jornal *Lampião da Esquina* durante a segunda metade dos anos 1990, Silva constrói por meio das falas dessas pessoas o papel que *Lampião da Esquina* representou enquanto existiu. Ao perguntar sobre o período da ditadura militar e a relação com a repressão contra os homossexuais, duas falas são importantes, tratam do pensamento de colaboradores que escreviam sobre essa violência e acabam por se contradizerem ao olhar para o período após alguns anos.

Dolores Rodriguez (única lésbica a ter um cargo de escritora “fixa” no jornal) iria dizer a Silva que não achava que os homossexuais foram perseguidos. Acreditava que, se houve perseguição, era porque “desde que o mundo é mundo é assim”. E completava dizendo não crer que tenha sido uma posição política assumida e que aquela perseguição era natural da cabeça das pessoas. “Naquele tempo, a ditadura não estava preocupada com os homossexuais. Ela estava preocupada em reprimir a questão política. O preconceito contra o homossexualismo vem neste bojo, pois é inerente às pessoas”.⁵⁵ Será? Não é o que percebemos ao analisar as páginas do jornal na qual Dolores escrevia. A repressão existia

⁵⁴ SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo*. 1998. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 79.

⁵⁵ _____. *Reinventando o Sonho*, p. 79.

vinda tanto pela sociedade quanto pelo governo. Quer posição política maior do que pensar em eliminar sujeitos por não aderirem a uma norma criada por outros sujeitos?!

Alexandre Ribondi (colaborador que mandava as notícias de Brasília) complementa Dolores Rodriguez ao afirmar que não havia uma maior perseguição dentro da ditadura brasileira pelo fato do sujeito ser homossexual. E que nessa época, justamente, havia muito culto à androginia. “Não entre a polícia, mas entre os moderninhos! Ser homossexual era algo revolucionário. Havia uma postura de contestação social, como de resto tudo era contestação social naquela época”.⁵⁶ A fala de Ribondi, mesmo que em outro contexto e com outras intenções de pesquisa, não condiz com as suas matérias e muito menos com o que foi analisado até agora em relação a violência contra os homossexuais no Brasil do fim dos 1970 e início dos 1980.

Dando continuidade a características dessas ações policiais por meio dos delegados Richetti e Padilha, apresentemos o segundo. A respeito de Deraldo Padilha, o jornalista Antônio Moreira que iria expor suas características. Moreira assemelhava Padilha às atitudes exibicionistas de Richetti e seus propósitos moralistas, dizendo que isso não se configurava em algo novo e sem precedentes nos anais da repressão policial. Citava a polícia do Rio de Janeiro que, segundo ele, se orgulhava também de ter em seu quadro um elemento com as mesmas características e muito estimado pelo Secretário de Segurança e pela cúpula governamental. “Tratava-se do não menos conhecido e lendário Delegado Deraldo Padilha de Oliveira, vulgo Padilha”.⁵⁷

As atividades de Deraldo Padilha tiveram início na década de 50, quando foi aprovado num concurso público da Secretaria de Segurança da Guanabara/RJ. Um de seus primeiros trabalhos de grande repercussão foi acabar com a “malandragem carioca”, prendendo quem andasse de calças com bocas apertadas. Para ele bastava andar com uma roupa desse tipo que era logo preso para averiguações. Na delegacia, Padilha fazia o teste da laranja: jogava uma laranja pela perna da calça do detido. Caso o fruto engasgasse na boca,

⁵⁶ _____. *Reinventando o Sonho*, p. 79.

⁵⁷ MOREIRA, Antônio Carlos. Deraldo Padilha: Perfil de um Delegado Exibicionista. *Lampião da Esquina*, n. 26 julho de 1980, p. 19.

não tinha nem conversa e nem explicação, ia direto para cela. Aqui se percebe de forma bem clara como os homossexuais eram tratados e vistos, sendo motivos de chacota e humilhação

Outra de suas atuações, ainda na década de 50, ocorreu no período em que chefiava a Divisão de Meretrício da Delegacia de Costumes e Diversões, onde promoveu várias *blitz* nos bares, hotéis e boates da antiga Lapa. Os policiais invadiam os locais e começavam a bater em todo mundo. As prostitutas e os homossexuais saíam correndo e quem não conseguisse escapar era espancado e levado para a delegacia onde ficava incomunicável e sujeito aos maus tratos do delegado. Toda noite, cerca de 20 a 40 pessoas eram jogadas nos camburões e encaminhadas à cela.⁵⁸

Padilha, segundo Antônio Carlos Moreira, sempre nutriu um profundo ódio pelos homossexuais e ao final de cada ronda, não deixava de pregar seus sermões e conselhos, dizendo para eles que tomassem vergonha na cara, pois aquilo não era vida digna de um homem, etc. Corriam boatos de que, na realidade, o que ele sentia era uma profunda mágoa, pois tinha um filho que era homossexual. Mas isso nunca foi confirmado.

Para tornar seu trabalho “mais divertido”, resolve raspar a cabeça de todos os detidos, instaurando assim a “operação rapa coco”. Padilha intensificava sua perseguição aos homossexuais, principalmente na Galeria Alaska. Fazia sucessivas rondas por Copacabana e prendia centenas de pessoas.⁵⁹ No trabalho de Cláudio Roberto Silva, Antônio Carlos Moreira iria dizer que no período ditatorial houve sim uma permanente rejeição da homossexualidade “acomodada na ausência de mecanismos oficiais de repressão, mas presentes em atitudes de variada violência”. E que, a contrapartida, vinha institucionalizada “na forma das perseguições policiais contra aqueles que não seguiram o caminho ‘normal’ (casamento, geração de filhos, constituição da família), referendando o elo quebrado na corrente formadora da sociedade”.⁶⁰ Essa repressão policial não se dava apenas no Brasil.⁶¹

Em São Paulo, após um tempo afastado, Richetti voltava às ruas, só que dessa vez não eram os homossexuais masculinos os alvos procurados, mas sim, as lésbicas. Os policiais

⁵⁸ _____. Deraldo Padilha, p. 19.

⁵⁹ _____. Deraldo Padilha, p. 19.

⁶⁰ Cf. SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*.

⁶¹ É interessante observar que *Lam্পião* não deixava de expor também notícias de outros países para que pudesse ser percebido que o problema não estava e não se tratava apenas de Brasil. Cf. LEICHT, Anton. Por trás do mictório, um policial. *Lam্পião da Esquina*, n. 29, outubro de 1980, p. 4.

invadiram os bares Cachação, Ferro's e Bexiguinha, e as mulheres que lá estavam, incluindo as que possuíam carteira profissional assinada, foram todas detidas, sob o seguinte argumento: “É tudo sapatão”.⁶² Isso se dava no dia 15 de novembro de 1980 nas ruas de São Paulo. Segundo panfleto distribuído posteriormente pelos grupos *Terra Maria*, *Ação Lésbica Feminista* e *Eros*, na 4ª delegacia, para onde as detidas foram levadas, foi constatado que os policiais recebiam dinheiro para libertarem as pessoas, sendo que aquelas que não possuíam, lá permaneciam. Em seu panfleto, aqueles três grupos paulistas denunciavam: “Estamos novamente às voltas com a ação violenta da polícia, ação essa que outra vez ficará impune no que diz respeito às autoridades”.⁶³ Criou-se um certo receio em frequentar lugares frequentados por lésbicas, homossexuais, travestis etc. Luiz Carlos Lacerda que vivenciou essa época, destaca que nessa onda moralista:

Não existia uma perseguição explícita, mas a mesma permitia que as forças policiais perseguissem os homossexuais, anonimamente, nos lugares de pegação! Os homossexuais eram presos, apanhavam e eram torturados. Ninguém tinha coragem de ir para um lugar de pegação, era perigoso! A polícia, a qualquer momento, podia prender o indivíduo, leva-lo para uma delegacia e arrebatá-lo de porrada pelo fato de ser homossexual. O homossexual sempre foi visto de forma pejorativa, como se fosse um prostituto.⁶⁴

Não só os homossexuais sofreram com tais ações, as travestis também foram pessoas que vivenciaram essa forma de violência que tinha o intuito de “limpar” os lugares onde essas pessoas pudessem vir a frequentar. Entendemos que o *Lampião da Esquina* foi um órgão responsável por dar visibilidade a esses sujeitos e as formas de violência e de suas vivências. As travestis foram perseguidas pela máquina policial, que se expandiu a partir de maio de 1980, quando foi desfechada a chamada Operação Rondão em São Paulo, chegando a abandonar o centro da cidade, seguindo para os bairros ou avenidas da Zona Sul.

Não bastassem as perseguições policiais, as travestis sofriam, por exemplo, com pessoas como Carlos Pinezzi Filho, que em novembro de 1980 começou a portar uma espingarda carregada de chumbo e sal grosso, com a qual alvejava as travestis da Zona Sul da cidade de São Paulo. Apelidado pelo jornal *Notícias Populares* com o epíteto de “Jack, o Atirador”, Carlos Pinezzi Filho, 28 anos, ex-vendedor de automóveis (trabalho que

⁶² TREVISAN, João Silvério. Richetti volta às ruas. *Lampião da Esquina*, n. 31 dezembro de 1980, p. 16.

⁶³ _____. *Richetti volta às ruas*, p. 16.

⁶⁴ Cf. Luiz Carlos Lacerda. In: SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*, p. 77.

abandonou, junto com sua casa e a noiva), durante três semanas disseminou o medo e o ódio entre as travestis. Aproximava-se fingindo interesse, dava um rápido sinal de luz com seu carro e quando a travesti ia se oferecer, disparava a espingarda, geralmente apontada para as nádegas ou as pernas da vítima e soltava gostosas gargalhadas enquanto fugia. Ele foi atacado por duas travestis no dia 7 de novembro, e agredido a gilete e cacos de vidro sendo hospitalizado com um corte profundo na testa.⁶⁵

O que mais incomoda é pensar que esses tipos de ações serviam como favores aos órgãos policiais. Reconhecido pelas travestis no Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), dia 27 de novembro, durante toda a sessão, segundo depuseram os primeiros à imprensa, Pinezzi permaneceu sempre ao lado dos policiais, rindo muito e conversando. Orientado pelo advogado, diria depois que jamais sentira ódio de homossexuais, mas indagado se sairia com um travesti, respondeu: “– Sim. Para acertar um tiro de espingarda na cara dele”.⁶⁶ Uma das travestis dizia que “o silêncio e a discrição dos militares são elementos-chave para a compreensão da atitude em relação a sexualidade. Os homossexuais poderiam fazer o que quisessem desde que não invadissem a esfera pública”.⁶⁷ A frase da travesti expressa muito bem o lugar destinado a elas e aos homossexuais e lésbicas no Brasil, a marginalidade.

A presença de matérias a respeito da violência contra as travestis era constante no jornal, destaquemos mais duas. A primeira trata-se da entrevista com duas travestis e uma advogada que trabalhava em prol dos homossexuais. Perguntadas sobre as ações e prisões da polícia, as travestis Alice e Flávia, afirmaram que foram presas e que, às vezes, saíam de casa em pleno dia com uma sacola para disfarçar que estavam fazendo compras, senão eles as levavam. “Eles não querem nem saber, pegam a gente e mandam para o camburão. Jogam dentro do carro. São todos mal-educados. [...] Eu tenho documento, de ator: mesmo assim eles levam. Mesmo tendo carteira de trabalho”.⁶⁸ E continua:

Teve um caso que aconteceu há uma semana, é muito importante; eu ia descendo, e vinham dois caras, um deles passou a mão em mim; eu quis

⁶⁵ AUGUSTO, Paulo & FUKUSHIMA, Francisco. Na paulicéia, com olhos de lince e pernas e de avestruz. *Lampião da Esquina*, n. 32 janeiro de 1981, p. 5.

⁶⁶ _____. *Na paulicéia*, p. 5.

⁶⁷ Cf. Luiz Carlos Lacerda. In: SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*, p. 77.

⁶⁸ DOIS travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco. *Lampião da Esquina*, n. 19 dezembro de 1979, p. 5.

ratear com ele, mas os dois mandaram a gente ficar quieta. Pareciam dois malandros mesmo, não tinham senso de nada. Eu fiz o que eles mandaram, mas aí me entrosei com minhas amigas, e uma delas falou: “É, vamos dar um pau nesses caras, que eles tão muito folgados”. A gente partiu pra cima deles, mas aí um deles puxou um revólver e deu um tiro na gente. Todo o mundo correu, menos eu que fiquei lá, incrementando com eles, chamando eles de malandros, e tal. Dali a pouco veio a Garra; uma amiga minha foi lá e falou pra eles, “olha, esses dois caras estão com um revólver, atiraram na gente”. Pois os dois voaram em cima dela e bateram tanto que a pobre até hoje está no hospital; eram da polícia, também!⁶⁹

Quando não eram presas, essas travestis eram assassinadas como se fossem corpos vagantes pelas ruas, sem memória ou história. Desta forma, o Estado acabava por criar grupos na sociedade brasileira que faziam o papel da polícia, um deles era a imprensa marrom que contribuía para lucrar com manchetes sensacionalistas, além das famílias tradicionais. *Lampião da Esquina* ao criticar o Estado e suas ações por meio da polícia se mostrava muito bem informado. Para isso:

Não só contava com a coordenação editorial de Aguinaldo Silva, então conceituadíssimo repórter policial, mas também com a experiência própria dos membros do Conselho Editorial. Esses foram submetidos a inúmeros vexames durante o inquérito sofrido pelo jornal promovido pelo Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro que pensava em enquadrá-los por ofensas à moral e ao pudor público. O *Lampião* desempenharia também papel importante na campanha dos grupos homossexuais, feministas e negros de São Paulo contra a Operação Rondão do Delegado Richetti, que pretendia retirar os homossexuais de seus pontos de encontro nas calçadas de certas ruas do centro da cidade.⁷⁰

Por meio do periódico é possível perceber que a polícia não estava apenas preocupada em expulsar as pessoas desses lugares, mas também em fechar esses lugares. No início dos anos de 1981, por exemplo, dezenas de incansáveis *habitués* dos Cinemas São José e Marrecos, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, tiveram seus mais recônditos desejos frustrados. Certos de encontrarem os habituais companheiros “de banheiros, os apetitosos rapazes do corredor ou ainda os excitadíssimos senhores da plateia, ficaram decepcionados e sem saber o que fazer ao ver as portas arriadas e um nefasto auto de interdição afixado na entrada dos frequentadíssimos cinemas”.⁷¹ A interdição foi feita pela Divisão de Controle de

⁶⁹ DOIS travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco. *Lampião da Esquina*, n. 19 dezembro de 1979, p. 5.

⁷⁰ MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 76.

⁷¹ MOREIRA, Antônio Carlos. Tiradentes, sublime tentação. *Lampião da Esquina*, n. 36 maio de 1981, p. 12.

Diversões Públicas (DCDP) com a participação do perito Josemar Gonçalves Pinto, proibindo o funcionamento dos cinemas até que fossem cumpridas todas as exigências com relação à segurança, higiene e restauração dos mesmos. O Detetive Humberto de Matos foi taxativo: “Se voltarmos aqui e estiverem exibindo algum filme, todo mundo vai para delegacia”.⁷²

O *Lampião da Esquina* apresentaria assim, por meio de seus editores, nas suas 38 edições (mais três extras, que repetiam as reportagens já publicadas), aproximadamente setenta reportagens ligadas à violência contra homossexuais masculinos, lésbicas, travestis e a mulheres. Expondo também a violência na América Latina (Argentina, Chile, México, Cuba), com cerca de treze reportagens. Poucas foram as edições que não trouxeram o assunto violência em suas páginas, destacando-se as edições de número 26, com sete reportagens e a de número 7, com 5 reportagens. Tanto a violência que elimina o sujeito fisicamente quanto aquela de cunho moral e psicológico estiveram presentes nas matérias do jornal, criticando tanto os discursos quanto os atos repressivos.

Desta forma, o jornal *Lampião da Esquina*, ao se apresentar como uma ferramenta da mídia impressa vai ser responsável não só pela visibilidade dada à violência sofrida por pessoas que não se adequavam às normas vigentes da sexualidade, mas também uma ferramenta de denúncia que talvez não estivesse presente em outro órgão da imprensa naquele período. O papel social que o jornal acabou por constituir está além da simples notícia. As matérias, a exposição do assunto e dos acontecimentos no jornal, constrói a ideia de como a repressão vinda de diversas direções estava presente na sociedade brasileira e no Estado que a constituía. Dizer que o governo não se preocupava com as homossexualidades, tendo exemplos de diversas ações que parecessem mais liberais como a visibilidade dos guetos, as próprias manifestações artísticas, etc., é apagar o que se vê nas páginas do *Lampião da Esquina*. As formas da sociedade brasileira, representadas em tantas maneiras repressivas para com aqueles que não seguiam as normas, chamados de marginais, era algo que permanecia, bastava-se ler o *Lampião da Esquina*.

Retornamos ao presente....

⁷² _____. Tiradentes, p. 12.

Atualmente, alguns pontos podem ser destacados em relação à violência contra os homossexuais. Passados 34 anos do fim do *Lampião da Esquina*, podemos perceber que a violência contra os homossexuais no Brasil ainda é um problema. Se usarmos os dados do Grupo Gay da Bahia, por exemplo, observaremos que além da violência ter ficado mais visível, ela aumenta. De 2007 até a primeira semana de dezembro de 2012, o Grupo calcula um total de 1.341 homicídios contra a população LGBTTT, ou seja, uma média de 1,3 homossexuais mortos por dia, e 268,2 por ano.⁷³

Dentre esses dados, o Nordeste é a região mais perigosa do país: um homossexual nessa região corre 84% mais riscos de ser assassinado do que no Sul e Sudeste. As vítimas em sua maioria têm entre 20-40 anos. Em termos relativos, os estados mais ameaçadores são Rio Grande do Norte e Alagoas. *Para finalizar, o ano mais violento é 2012.* Nunca antes na história desse país foram assassinados e cometidos tantos crimes homofóbicos, um total de 338, no qual os gays completam 56% dessas mortes com 188 mortos, ou seja, um assassinato a cada 26 horas, e um crescimento de 177% nos últimos sete anos. Em 2012 também foi assassinado brutalmente um jovem heterossexual na Bahia, confundido com gay, por estar abraçado com seu irmão gêmeo. O Brasil ocupa primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo o planeta.⁷⁴

No estado de São Paulo em 2012, devido ao grande número de habitantes, morreram mais homossexuais (45 no total), porém, Alagoas permanece como o estado mais perigoso para os homossexuais (18 no total), com um índice de 5,6 assassinatos por cada milhão de habitantes, sendo que, para toda a população brasileira, o índice é 1,7 vítimas por milhão de brasileiros.⁷⁵ Nesse ano de 2012, 8 homossexuais foram queimados no Brasil.

Norbet Elias ao analisar a formação de um processo civilizador, do período correspondente da Idade Média à Moderna (entre os séculos XV e XVIII) em sociedades,

⁷³ Cf. GRUPO Gay da Bahia. Assassinatos de Homossexuais no Brasil. In: *Quem a homotransfobia matou hoje?* 2012. Disponível em: <<http://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/ultimo-relatorio/>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-ano-de-2011>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.

⁷⁴ _____. Assassinatos de Homossexuais no Brasil.

⁷⁵ Destacamos que no estado do Acre, aparentemente, nenhuma morte com característica homofóbica, foi constatada nos últimos dois anos; e que o estado de Minas Gerais, nos últimos dois anos, foram registradas 13 ocorrências, representando assim 0,6 mortes para cada milhão de habitantes.

tanto europeias quanto norte-americanas, observou dentro dos padrões sociais criados nessas sociedades, a figura do “anormal”, elemento importante para observarmos como ela ainda prevalece em relação aos homossexuais atualmente, dessa forma as contribuições de Elias nos ajudam a pensar a formação do “outro” no decorrer da história, assim, ao falar das sociedades passadas, parece falar dos nossos tempos:

Os divertimentos criados pela sociedade para seu prazer materializaram um padrão social de emoções dentro do qual todos os padrões individuais de controle das mesmas, por mais variados que possam ser, estão contidos. Todos os que caírem fora dos limites desse padrão social são considerados “anormais”.⁷⁶

Podemos perceber, a título de exemplo de o que essas noções podem construir, alguns crimes bárbaros contra os homossexuais, que se assemelham com crimes cometidos no Brasil dos anos 1970 e expostos no *Lampião da Esquina*. Um dos crimes mais impactantes, dentre os vários que poderíamos destacar, são: o caso do gay Wilys Vitoriano, negro de 26 anos, que em fevereiro de 2012 foi encontrado morto dentro da casa em que morava, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Havia manchas de sangue em várias partes da residência. A vítima estava apenas de sunga e apresentava 68 perfurações no corpo, causadas por diferentes objetos cortantes e na parede da casa de um dos vizinhos, apareceu uma pichação com a palavra: VIADOS. Em Alagoas, no município sertanejo de Olivença, com uma população de 10 mil habitantes, uma travesti de 39 anos (Soraia), foi amordaçada, teve pedaços de madeira introduzidos no ânus e o pênis queimado com álcool. “Sobreviveu alguns dias, com muitas dores, exalando odor de podridão, até que foi operada, sendo retirado do intestino grosso um pedaço de madeira de 15 cm, morrendo logo a seguir com infecção generalizada”.⁷⁷

O tratamento dado pela polícia não é muito diferente dos tempos de *Lampião*, destaquemos o caso de Lucas Fortuna de 28 anos, jornalista de Goiânia, ativista gay, morto em 19 de novembro de 2012 por dois assaltantes numa praia na região metropolitana de

⁷⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: Uma história dos costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 201.

⁷⁷ Cf. GRUPO Gay da Bahia. Assassinatos de Homossexuais no Brasil. In: *Quem a homotransfobia matou hoje?* 2012. Disponível em: <<http://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/ultimo-relatorio/>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-ano-de-2011>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.

Recife. Seu corpo com o rosto desfigurado foi encontrado com profundas marcas de espancamento. O Departamento de Homicídios de Pernambuco declarou tratar-se de latrocínio, descartando ódio homofóbico. Presos, os dois assassinos confessaram ter na mesma noite assaltado quatro indivíduos, limitando-se a roubar-lhes o celular. No caso de Lucas, espancaram-no, saltaram em cima de seu corpo e jogaram-no ao mar de um penhasco de dez metros. Porque mataram com tanto ódio apenas o gay? Estes são apenas alguns casos, entre tantos outros, que diariamente ocorrem em nosso país.⁷⁸

As discussões tanto no âmbito acadêmico, quanto no cotidiano dos sujeitos, sobre as (homo)sexualidades no Brasil é algo ainda considerado novo. Porém, as relações entre pessoas do mesmo sexo e a violência contra elas, não. Mesmo assim, podemos observar uma diversidade de produções sobre as homossexualidades, entretanto, poucas desenvolvidas no campo da história.

Caminhando para o fim, esse trabalho partiu do anseio em apontar “o dedo na ferida” daqueles que acabam limpando seus rostos com as mãos cheias de sangue. Incomodamos, voltamos, e pensamos que a construção das homossexualidades serviu para firmar a norma e manter a diferença como sinônimo de desigualdade. Enquanto pensarmos homossexualidade como uma característica “permanente” dos sujeitos, como que se guiassem o seu caráter, continuaremos a matá-los para que os mesmos não ameacem a nossa paz, nossa sexualidade, nossa hipocrisia. Essa pesquisa não se pretende pronta, mas apenas com um ponto final, pois a violência contra os sujeitos que se comportam fora da norma heterossexual está aí, e cabe a nós, não só como pesquisadores, mas como sujeitos, indagar porque tamanho ódio, e buscar formas de construir uma sociedade menos repressora e hostil. Não se trata de “dar voz” aos oprimidos, mas compreender as falas dos grupos sociais na polifonia própria das disputas sociais e de construção/manutenção da memória dos sujeitos no Brasil recente.

⁷⁸ _____ . Assassinatos de Homossexuais no Brasil.